

O ESTÍMULO ENQUANTO FATOR QUE CONTRIBUI PARA A APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE VISUAL

Priscila Wally
Curso de Pedagogia Licenciatura – FURG
priwallyfurg@yahoo.com.br

Resumo

O processo que envolve a aprendizagem da criança com deficiência visual, vai além da tarefa pedagógica propriamente dita. Para que, de fato, esta aprendizagem ocorra – não somente no âmbito escolar – se faz necessário um conjunto de estímulos, de caráter não visual, que forneceriam o substrato cognitivo sobre o qual a aprendizagem ocorreria. Este trabalho parte da análise real da prática docente no contexto de uma escola de Educação Especial para Deficientes Visuais e visa elucidar questões referentes ao cotidiano da instituição e também ao contexto familiar da criança. Ainda, como escola e família podem ser de maior valia no processo geração de estímulos de construção do conhecimento.

Palavras-chave: estímulo, educação especial, deficiência visual, conhecimento.

Abstract

The process which involves the learning of children with impaired vision goes beyond the pedagogic task itself. For this learning to happen, indeed –not only at a school context – a set of non-visual stimuli are necessary to provide the cognitive underlying over which the learning would happen. This work starts from the analysis of the teaching practices on the context of a Special Education School for visually impaired people, and aims to elucidate questions regarding to the everyday routine of the institution as well as the familiar context of the child. Also, we intend to discover how school and family can be more valuable on the stimuli-generation process for the knowledge construction.

Keywords: stimuli special education, visual impairment, knowledge

Introdução

Ao iniciarmos o trabalho, no presente ano, na Escola de Educação Especial X, diversas indagações acerca da nossa dinâmica em sala de aula começaram a surgir. A principal delas era entender o porquê de alguns alunos demonstrarem um nível de aprendizagem mais satisfatório do que outros, mesmo tendo outras deficiências associadas à cegueira. Ainda, compreender o porquê dessas crianças – com deficiências múltiplas – terem mais interesse e vontade de participar de todas as atividades propostas do que aqueles que, supostamente, tinham como única deficiência a visual.

Dentre as temáticas que despertam a atenção de pais e educadores que trabalham com crianças especiais, em particular deficientes visuais, está a questão da estimulação no processo de aprendizagem e de socialização da criança. As questões que envolvem o

estímulo são de grande relevância para os educadores do século XXI, uma vez que, é algo que deve ser muito levado em consideração se quisermos visar à educação plena das crianças com deficiência visual. Através do estímulo, estamos dando o primeiro passo para que futuramente, esta criança seja inserida tanto na rede regular de ensino quanto no meio social em que vive, aí teremos de fato a verdadeira inclusão, tão aclamada nos últimos anos.

Desta forma, usando como base o contexto da escola x, surge à necessidade de entender como se dá o processo de aprendizagem nas crianças deficientes visuais, tomando como base de fundamentação a questão do estímulo.

A partir da nossa prática cotidiana, passamos a perceber que, tinha mais facilidade de aprendizagem aquele educando que tinha mais estímulo dentro e fora do contexto escolar, tinha o que chamamos de vivência – que nada mais é do que experimentar sensações que a visão lhe priva, através do tato, do olfato e do paladar. Neste sentido, destaca-se além do papel da escola, o papel da família como mediador desse processo. Crianças que tinham mais vivências simples como brincar, correr, passear em locais diversos, tinham a tendência em aprender com mais facilidade. É nesse contexto que entra a questão da estimulação enquanto fator primordial na construção da aprendizagem do Deficiente Visual.

Com o início do processo de escolarização do Deficiente Visual, passou-se a perceber que algumas crianças – independente de terem deficiências múltiplas ou não – adquirem com mais facilidade a compreensão dos conceitos trabalhados. Cabe salientar que os conceitos aos quais nos referimos aqui, são muito mais amplos do que os conteúdos comuns das salas de aula ou a compreensão e aprendizagem do Sistema Braille, sistema esse que é formado por celas de seis pontos que com diversas combinações que formam letras e símbolos, dá origem à escrita dos cegos. Quando nos referimos à aprendizagem ou a aquisição de conceitos, estamos querendo dizer aprender tudo aquilo que for possível ser ensinado que seja capaz de tornar a vida da criança com deficiência visual a mais próxima dos padrões de normalidade possíveis.

Para que estas possibilidades sejam de fato oportunizadas, surge o papel fundamental do estímulo, que é a chave principal deste texto que se segue. Entender porque algumas crianças têm mais facilidade de aprender, mais disposição ao novo e, especialmente, vivem plenamente a vida dentro da sua limitação. Como o deficiente visual constrói sua

autonomia? Qual o papel da escola e da família no processo de estimulação? Como o estímulo adequado pode contribuir para a aprendizagem da criança cega?

Faremos aqui uma articulação entre teoria, observação da prática escolar e social do deficiente visual e, principalmente, um diálogo com seus cuidadores. Uma vez que não podemos separar a escola da família, já que estas duas instituições é que são peças fundamentais na formação plena do deficiente visual.

Capítulo 1: Esclarecimentos sobre o tema proposto: visões acerca da Deficiência Visual e da estimulação

A título de esclarecimento, vamos iniciar a nossa discussão, definindo o que é Deficiente Visual: "A deficiência visual é caracterizada por perdas parciais ou totais da visão, que após a melhor correção ótica ou cirúrgica, limitem seu desempenho normal" (MELO, 1991). Ao referir-se as perdas parciais da visão temos os casos chamados de baixa visão que, dependendo do grau de acuidade visual, necessitam de atendimento especializado. É importante salientar que é dito cego quem não tem percepção luminosa e não apresenta nenhum tipo de resíduo visual e, é dito baixa visão aquele indivíduo que apresentar uma percepção luminosa e um grau de deficiência da visão que lhe prejudique a aprendizagem sem o uso de materiais adaptados. Baixa visão é aquele indivíduo que após sofrer intervenção cirúrgica necessita ainda de atendimento especializado.

“A acuidade visual das pessoas com baixa visão é muito variável; mas, em geral, baixa visão é definida como uma condição na qual a visão da pessoa não pode ser totalmente corrigida por óculos, interferindo com as atividades diárias, assim como a

leitura e a condução. Baixa visão é mais comum entre os idosos, mas pode ocorrer em pessoas de qualquer idade, como resultado de condições tais como degeneração macular, glaucoma, retinopatia diabética, ou catarata”. (LIMA, NASSIF, FELIPPE, 2008.)

“Segundo o Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é pessoa portadora de deficiência é a que apresente, em ânimo definitivo, a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica gerando, assim, incapacidade para o desempenho de atividade, dentro de um padrão estabelecido como sendo o normal. Uma pessoa é PDV quando tem acuidade visual igual ou inferior a 20/200 em seu melhor olho, após a melhor correção possível, ou possua campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou no caso da ocorrência simultânea de ambas as situações anteriores (art. 3º, I e II, combinado com art. 4º, III)” (AGUILERA E AMARAL, 2008)

A trajetória institucional do Deficiente Visual deve iniciar logo após o nascimento – se cego congênito – ou logo após cegueira adquirida. Cega ou vidente, a criança desde o seu nascimento passa a conhecer o mundo através da interação com as pessoas e com as coisas a sua volta. Ao contrário de quem enxerga, o Deficiente Visual necessita de estímulo para conhecer o mundo que o cerca. Seu primeiro contato institucional é no que chamamos de Estimulação Precoce. Nesse primeiro contato, que varia em tempo conforme a necessidade da criança, existe o objetivo de auxiliar o desenvolvimento do bebê através de jogos, dinâmicas, brincadeiras e materiais adaptados visando que a cegueira não seja o motivo de impedimento para que essa criança atinja as fases do desenvolvimento infantil plenamente. No entanto, cabe ressaltar que cada criança é diferente uma da outra e pode apresentar variações de ritmo de aquisição dos conceitos trabalhados, independente de sua deficiência.

Nos atendimentos de estimulação precoce, o professor é um agente orientador dos momentos de interação. E, junto com o familiar – na maioria das vezes a mãe – procura fazer atividades que estimulem o bebê a sentar, engatinhar, balbuciar palavras, alimentar-se sozinho, e demais conceitos, dentro da normalidade. Uma questão muito trabalhada na estimulação precoce, diz respeito à construção do esquema corporal. Este conceito é fundamental para que o deficiente visual se entenda como sujeito e principalmente como parte integrante de uma sociedade. Quando ele entende que pode usar o tato a seu favor, é capaz de vivenciar o mundo através do toque. É uma das principais formas de reconhecer coisas que para nós, videntes, são comuns.

Segundo Elvira Lima – pesquisadora em desenvolvimento humano com formação em psicologia e neurociência – “Toda aprendizagem, todavia, será afetada pelas condições do meio em que a criança se encontra e das relações que se estabelece com os outros seres humanos (...)” (Pág. 5). Tal citação vai ao encontro do que afirmamos anteriormente da importância do estímulo no desenvolvimento da criança cega. Cabe salientar que não serão

apenas os momentos em que a criança está na sala de estimulação precoce que contarão para o seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, surge como primordial o papel dos seus cuidadores. É preciso que o mundo seja apresentado e descrito para que as coisas tenham fundamento a alguém que não enxerga. Na realidade da nossa escola, podemos perceber que as crianças que vivenciam momentos comuns a uma criança vidente, tais como: saídas a locais variados, participação nos momentos familiares, contato com materiais diversos, acesso a brinquedos, etc., apresentam um desenvolvimento que pode contribuir para a sua aprendizagem escolar futuramente.

“A criança tem um desenvolvimento integrado. O desenvolvimento físico está intimamente relacionado ao desenvolvimento psicológico e cultural. Isto quer dizer que a criança se constitui como um indivíduo de personalidade própria e como membro de um grupo a partir das experiências concretas que tem em seu meio (...)” (Lima, 2001.)

Vivemos em um mundo onde a grande maioria das coisas é feita pensada exclusivamente nos seres humanos ditos normais. Cabe às pessoas que cercam o deficiente visual a tarefa de integrá-lo nesse mundo. No contexto escolar em que vivemos, percebemos que os momentos de aprendizagem vão muito além das paredes da sala de aula. Por isso, precisamos enquanto professores proporcionar o contato da criança cega com o mundo, adaptar brinquedos e jogos para que ela possa viver momentos lúdicos como toda a criança. Uma criança vidente extravasar sua energia sem precisar de muito estímulo, por si mesma, ela mexe em tudo o que lhe chamar a atenção e está sempre buscando interagir e chamar a atenção dos que a cercam. A criança cega possui essa mesma energia e mesma vontade de extravasar, a única diferença é que espera que estes momentos lhe sejam oferecidos. Somente após muito estímulo é que perde o medo e busca por si mesma brincar.

É muito comum, portanto, observarmos alguns maneirismos nos deficientes visuais. Na linha de atuação da psicomotricidade, chamamos de maneirismos alguns gestos, falas ou sons que são característicos da deficiência. É bastante comum, por exemplo, observarmos um cego sentado com o rosto abaixado ou fazendo movimentos estranhos com as mãos ou com a cabeça. Acredita-se que tais movimentos são a forma que muitos encontram de por para fora uma energia que, se vidente, seria extravasada correndo, mexendo em qualquer coisa a sua volta... Quando bem estimulado e, quando o mesmo é capaz de tomar atitudes de brincar ou movimentar-se sozinho, podemos perceber a diminuição de boa parte desses maneirismos.

“Os estigmas da cegueira que contribuem para a sua desvantagem total consistem num conjunto de conceitos ou falsas concepções populares, que resultam em práticas sociais suficientemente compatíveis com essas falsas concepções a ponto de, ao apoiá-las, constituírem uma profecia autocumpridora os estereótipo populares da cegueira contem componentes contraditórios. De um lado se encontram os traços supostos de docilidade, dependência, desamparo, desanimo”. (TELFORD e SAWREY, 1988.)

A grande problemática dos estereótipos que giram em torno da cegueira é deixar com que eles entrem de fato na vida da criança cega. Queremos dizer que, de forma alguma, a cegueira pode ser vista como “desvantagem total”, o que necessitamos é estimular as potencialidades presentes em cada criança e isso não pode ser apenas tarefa dos profissionais que lidam com a criança deficiente visual. A casa, o seio familiar deve ser uma extensão desses estímulo tão bem trabalhado pelas instituições. O primeiro passo para a quebra do estigma de “dependência, desamparo e desanimo” é a aceitação de que por traz de uma deficiência existe uma criança, que necessita vivenciar todos os momentos possíveis para que possa construir a sua autonomia, sua independência. Com a expansão das possibilidades educacionais, novas leis de amparo aos deficientes que primam por sua inserção no meio social, não podemos mais aceitar o discurso de que a cegueira é limitadora.

Quando se apóia o discurso da limitação, está se dando ênfase ao antigo discurso de que os deficientes em geral, eram seres incapazes. Durante um longo período, muitos viviam segregados e privados do convívio social e por isso, julgados como incapazes e sem direitos. Quando passamos a perceber que a cegueira não é um fator limitador, passamos a crer no potencial de cada criança deficiente visual que venhamos a ter no nosso convívio escolar e isso é fator preponderante para o seu pleno desenvolvimento.

“Uma das maiores conquistas do século XX foi o reconhecimento dos direitos humanos e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais, até então, condenadas à inutilidade e ao ócio. Conquista que devemos a Segunda Guerra Mundial, que como saldo deixou milhares de pessoas portadoras de necessidades especiais. Fazendo assim, necessárias, prestações positivas do Estado”. (AGUILERA E AMARAL, 2008)

No entanto, quando percebemos que uma criança cega é capaz de desenvolver-se plenamente a partir dos estímulos corretos, estamos desmistificando um dos estigmas da cegueira, que é vista por muitas pessoas como algo que condena às pessoas a uma vida dependente e segregada. Uma criança bem estimulada em seus primeiros anos de vida e durante sua infância, tem total condições de se tornar um adulto autônomo, sujeito da sua própria vida. Capaz de estudar, trabalhar e crescer sem a ajuda de terceiros. É durante o

período de infância que é necessário proporcionar à criança cega, as mais variadas vivências, a fim de que ela construa seus conceitos próprios.

Atos simples como conversar enquanto se faz uma comida e principalmente, permitir experimentar tocar os alimentos, é algo que pode acrescentar muito no dia-a-dia da criança. É um momento de interação afetiva com a família e de conhecer o que lhe cerca. Alguém que enxerga percebe o que ocorre a sua volta através da visão. O deficiente visual precisa ser estimulado a vivenciar estas coisas para o fazer sozinho posteriormente

1.1. Mas, o que de fato é bom para o desenvolvimento da criança com deficiência visual? O que ocorre na estimulação precoce?

1.1.1 – Desenvolvimento da Função Simbólica

Podemos destacar primeiramente o **desenvolvimento da função simbólica**. Mas, o que de fato é isso? Basicamente, é dar sentido e significado à forma. Para a criança deficiente visual, este fator torna-se talvez até mais necessário do que já é para o vidente. Esse significado é a capacidade de representar mentalmente aquilo que é citado. Exemplificando: ao falarmos em um cachorro, a criança deve ser capaz de associar a algo que ela conheça – no caso do cego – que ela já tenha tido contato e, preferencialmente, conseguir associar esse animal a outras coisas semelhantes a ele como o fato de saber que ele produz um latido, que tem quatro patas, que tem pêlos, ou seja, a criança é capaz de criar um mapa conceitual sobre aquilo que lhe é dito. Desta forma, ela é capaz de entender melhor o contexto do que está sendo explicado no momento de um conteúdo, por exemplo.

Cabe ainda destacar como fundamental para o desenvolvimento infantil a questão do movimento. “As neurociências mostram que o movimento é parte integrante do desenvolvimento do cérebro: o movimento forma imagens mentais, constitui redes neuronais que dão suporte ao exercício do pensamento e à formação de memórias”. (Lima, 2006). Entra aqui, como primordial a questão do jogar, brincar e exercitar-se. A criança cega, necessita muito deste estímulo, por isso as práticas de orientação e mobilidade – práticas que ajudam o deficiente visual a se locomover sozinho com o auxílio da bengala - devem ser levadas muito a sério. Quando criança, tais práticas podem ser feitas com carrinhos de feita,

de boneca, com auxílio de vassouras ou similares em miniatura. Além de tais práticas, brincadeiras com movimento são primordiais. O conceito de movimento vai muito além de práticas que mexam com o corpo. Executar tarefas como cortar, amassar, rasgar, também são consideradas movimento e auxiliam no desenvolvimento de conceitos como memória e seqüência.

1.1.2. O Exercício da Atenção

Outro fator importante é o **exercício da atenção**. No espaço das práticas de estimulação precoce, é comum percebermos que a criança deficiente visual se detém durante muito tempo em uma única atividade. Porém, não temos como precisar se essa concentração está ocorrendo de fato ou se, está sem estímulo para procurar outra atividade. Por isso, a todo o momento, se faz importante o papel do estimulador como forma de buscar interagir com a criança. Proporcionar-lhe autonomia de buscar outras formas de brincar, de explorar o espaço da sala que deve ser sempre rica em materiais sonoros, com luzes (para estimular sempre os resíduos de luz) e com diversos brinquedos. Trabalhar com música e estórias infantis é uma boa forma de prender a atenção da criança e, posteriormente, fazê-la relatar aquilo que foi proposto. Se num primeiro momento a atenção e o pensamento estavam desfocados da atividade, a mesma procurará prestar atenção para que possa realizar melhor à atividade numa próxima proposta.

Quanto aos brinquedos com luz, citados anteriormente, é possível que o leitor deste texto fique na dúvida de como usar esse tipo de material se estamos falando em crianças que não enxergam. Aqueles que trabalham com deficientes visuais, devem procurar sempre, utilizar ao máximo todo e qualquer resíduo que essa criança venha a ter. Especialmente no caso de crianças com baixa visão, procuramos trabalhar com luz, cores com contraste – azul e amarelo, preto e branco – para explorar o seu potencial visual. Uma vez que, focos ou feixes de luz sempre chamarão a atenção destas crianças.

“Até recentemente não se levava em conta a existência de resíduos visuais: a pessoa era tratada como se fosse cega aprendendo a ler e a escrever em Braille, movimentar-se com o auxílio da bengala e etc. Hoje em dia, oftalmologistas, educadores e terapeutas trabalham no sentido de aproveitar esse potencial visual nas atividades educativas, na vida cotidiana e no lazer. Foram desenvolvidas técnicas para trabalhar o resíduo visual assim que é constatada a deficiência. Isso melhora significativamente a qualidade de vida, mesmo sem eliminar a deficiência”. (Gil, 2000).

1.1.3. O Movimento

Vamos destacar novamente a importância do **Movimento**. Nos primeiros anos de vida, ou seja, quando a criança cega deve estar inserida em um atendimento de estimulação precoce, devemos dar especial importância a questão do movimento. Cega ou não, a criança precisa movimentar-se para explorar ambientes e conhecer o seu próprio corpo. Objetos como chocalhos, bolas com guizos, bonecos que falam, entre outros, são coisas que chamam a atenção de um bebê cego. Àqueles que possuem resíduos visuais, podemos utilizar ainda, objetos e brinquedos que emitam som e luz. Obviamente que, dentro do berço, essa criança terá sua atenção voltada a estes brinquedos. No entanto, se posta no chão, por exemplo, tem um espaço mais amplo para buscar interagir com eles. Uma vez que no chão, podem exercitar movimentos mais amplos. Isso facilitará no processo de sentar, engatinhar, etc. é uma forma de conhecer o mundo a sua volta, entender a forma dos objetos e suas características.

“(…) o movimento envolve a exploração do próprio corpo: as crianças gostam muito de experimentar o que acontece com o corpo, o que é possível fazer com ele (...). O movimento está presente na relação com os objetos: dirigir-se ou distanciar-se deles, alcançá-los, manipulá-los, transformá-los (...)”. (LIMA, 2001).

1.1.4. A Imitação

A imitação... Uma das atividades que realizamos na estimulação, diz respeito ao imitar. A criança que enxerga imita as reações emocionais daqueles que a cercam e com o tempo sabem reproduzir isso. Para o cego, os exercícios em que o estimulador faz sons, ruídos e mostra suas emoções através de mudanças na fala, no tom de voz, etc., são fundamentais para que possa experimentar sensações de como é ficar triste, feliz, bravo... Isso permite à criança compreender que ela é um indivíduo capaz de agir por si só. De demonstrar suas emoções e seus sentimentos, suas vontades e desejos sem o auxílio de um cuidador.

1.1.5. O Jogo e a Brincadeira

Mais uma vez, vamos dialogar a respeito da importância do **jogo e da brincadeira**. O ato de brincar é algo importante a toda e qualquer criança. Brincar estimula muito mais do que habilidades físicas como correr, andar, subir e descer... Brincar estimula a criatividade, o conhecimento do mundo que a cerca e seu intelecto. No caso da criança com deficiência visual, o ato de brincar e de jogar se torna ainda mais fundamental. Através do ato de brincar, simples jogos, podem levar a criança a entender o seu papel em um grupo, as relações de pares existentes na sociedade. No caso da criança cega, o brincar é também uma forma de conhecer e fazer relação entre objetos e sua forma, explorando texturas, materiais, etc. O “faz-de-conta” tão presente no brincar, estimula a criança cega a compreender os papéis desempenhados por cada um na sociedade. Geralmente, imitando alguém de sua relação, ou uma profissão, a criança cria funções simbólicas que vão constituindo seu aprendizado. A criança que enxerga é capaz de imitar, já a criança cega, necessita do estímulo para que possa estabelecer certas relações. Obviamente que, algumas são plenamente capazes de perceber o que ocorre em sua volta, já outras, precisam do estímulo mais acentuado.

“Fazer de conta é o grande recurso que a criança tem para lidar também com objetos, as coisas, que compõem o seu mundo e como as pessoas se relacionam com estes objetos físicos”. (LIMA, 2001)

Costumamos, na escola citada, fazer o maior uso possível dos momentos de brincadeira para promover o aprendizado dos educandos. As saídas de campo, freqüentemente realizadas, são usadas como instrumentos de promoção de interação entre a criança e o meio. Uma simples ida na feira, por exemplo, é um rico momento de aprendizagem. Brincadeiras de comprar, somar e reconhecer frutas e legumes, além de auxiliarem no aprendizado dos conceitos de sala de aula – peso, medidas, soma, subtração, etc. – é importante como forma de reconhecer futuramente essas coisas no auxílio de sua vida diário. Nestes momentos, estimulamos aos educandos que conheçam a forma, a textura, o cheiro de frutas, verduras e legumes.

1.1.6. O Falar

O papel do estimulador, seja ele um educador ou cuidador, é importante também no que diz respeito ao **falar**. Somente é possível que haja certos momentos de aprendizagem através da fala do estimulador. Além da troca afetiva que existe num momento de conversa e do desenvolvimento do vocabulário, certas coisas só serão perceptíveis ao deficiente visual se alguém descrever. Podemos usar como exemplo um animal como o elefante: se, por exemplo, num momento de aula, surgir a palavra elefante, sabemos que é um animal que é quase que impossível de ser tocado pelas mãos da criança. Diferente de gatos, cachorros, galinhas, etc. Aí então, entramos na importância da fala como forma de interação e auxílio na aprendizagem da criança cega. Descrever com a maior riqueza de detalhes possível é uma forma de mostrar à criança como aquele animal é. Obviamente que não temos como saber se chegamos ao suficiente entendimento, mas teremos certamente, algo próximo a isso com a ajuda do imaginário infantil. Podemos citar a forma, o tamanho, o peso, a textura da pele, do que este animal se alimenta quais seus hábitos... Entre outras coisas. Na interação que ocorre entre a fala do educador e do educando, ocorre também o favorecimento de aquisição da linguagem, ampliação de vocabulário, interação com outras crianças, etc.

“Muitas vezes a criança se entrega a brincadeiras com outras crianças que são um verdadeiro exercício de linguagem: elas desenvolvem a linguagem brincando com as palavras, os sons, lidando com significados, procurando modificá-los em relação a cada palavra e assim por diante”. (LIMA, 2001)

O ato de estimular é proporcionar à criança cega, que seja capaz de conhecer e interagir com o seu próprio corpo e com o ambiente que a cerca, tomar hábitos fundamentais a sua rotina, como higiene, alimentação... É fazer com que esta criança tenha autonomia em explorar o ambiente que a cerca, seja com a finalidade de conhecer algo ou apenas de interagir com o que lá existir. Importante também, mostrar a alteração das coisas – como uma farinha com açúcar e com ovos, pode vir a ser um bolo, por exemplo – é estimulá-la a contar histórias, inventar, criar, brincar. É colaborar com a aquisição da linguagem falada, da criatividade, para posteriormente termos um bom rendimento na linguagem escrita. Como podemos querer alfabetizar uma criança no Sistema Braille se ela não conhece os objetos que usamos em uma frase? É preciso primeiro mostrar todo um mundo de conceitos e situações para que venhamos a ter êxito na aprendizagem dos conceitos referentes ao Braille e a qualquer outro conceito que é presente nas grades curriculares em geral.

“A autonomia da criança é estimulada se permitimos a ela tomar a iniciativa de realizar determinadas coisas em situações específicas, se permitimos que ela própria fosse realizando, na medida em que já tem condições, esta ou aquela atividade, como os hábitos de higiene, pegar e guardar materiais, propor brincadeiras a seus amiguinhos, estaremos estimulando esta autonomia se escutarmos atentamente as

propostas que a criança tem para resolver situações problema do seu cotidiano (...)" (LIMA, 2001).

Capítulo 2: Articulações da teoria com a prática – O que dizem os atores do processo?

A partir de duas perguntas chave, resolvemos fazer uma articulação entre a teoria explicitada anteriormente e o que dizem aquelas pessoas que de fato estão inseridas no cotidiano da vida de um deficiente visual. São elas: “Na tua visão, o estímulo é importante à criança? Por quê?” e “O que costumava fazer no dia-a-dia para estimular o teu filho?”.

“Na minha visão acredito que o estímulo é importante à criança, pois percebo que ao se encorajar, incentivar, provocar a curiosidade desde a tenra idade contribui para o desenvolvimento infantil e futuro”. (J. pai da M, 3 anos).

A investigação com aqueles que estão envolvidos no processo, é sem dúvida, o fator mais importante para que se dê de fato a pesquisa. O contato do pesquisador com as pessoas que vivem o dia-a-dia da problemática estudada é o que pode vir ou não a comprovar o que diz a teoria.

Dentre diversos fatores que foram conversados com os entrevistados, um ponto em comum há: todos concordam que estimular a criança deficiente visual é um fator que virá a ser primordial para o seu desenvolvimento e conseqüentemente no seu processo de aprendizagem e autonomia. Cabe salientar que as diferenças entre a teoria e a prática é algo que sempre ocorre, mas podemos notar que ter esse entendimento sobre o papel da estimulação já é um fator positivo. São louváveis as posturas daqueles que, de fato, fazem o uso do estímulo no dia-a-dia da criança, isso tanto em seu meio social como escolar.

“(...) é curiosa e eu com paciência explico tudo. Eles são muito de perguntar tudo (...) o estímulo é tudo é um barulho que acontece lá na rua, o choro de uma criança, uma pessoa brava e ela percebe a mudança da voz (...) tudo é falado, a fala é fundamental (...)” (M. mãe da K, 9 anos).

A fala acima evidencia o que tratamos no capítulo 1 sobre os fatores que contribuem para o desenvolvimento, dando destaque a importância da fala durante o processo de aprendizagem da criança cega, desde os momentos cotidianos até a escola. A seguir, mais um relato deixa esta questão evidente.

“Tento fazer com que os quatro sentidos que ele possui, sejam os mais desenvolvidos possíveis. Isso se dá das mais variadas formas: primeiro mostro o lugar onde ele está tento passar uma descrição o mais fiel e detalhado possível das dimensões, dos objetos, por exemplo, depois deixo que ele use o tato, a audição e o olfato. Em seguida, normalmente, questiono alguns pontos que eu sei que ele tem condições de me responder com precisão. Referências dos sons, cheiros, texturas, formas, enfim, que ele tenha tido contato e ele, nesse ponto, nunca me decepciona, sempre responde de forma inteligente e perspicaz”. (V. mãe do F, 8 anos)

Durante as conversas com familiares, notamos que em concordância com nossa visão sobre estímulo, a grande maioria dos pais concorda que é necessária a união entre a família e a escola. Nenhum e nem outro é capaz de estimular sozinho. O tempo que uma criança cega permanece na escola, em geral, é o mesmo do que uma criança dita normal, ou seja, insuficiente para aprender tantas coisas que estão vindo à tona da sua curiosidade.

“A família é um dos pontos de partida para se estimular a criança, pois facilita no seu processo de aprendizagem na construção de conhecimento, sejam elas através das relações que estabelece com o meio, inserida nos diferentes contextos e através das relações com seus pares e com os adultos. Na escola a estimulação é potencializada através de atividades intencionais e outros recursos que se fundamentam nas fases do desenvolvimento infantil, ampliando assim a capacidade de aprendizagem da criança. Portanto, quando a família têm um pouco de conhecimento sobre o que é estimular e também busca saber sobre, frente às adversidades que a vida lhe impõe, facilita a compreensão e aponta o melhor caminho a seguir, em prol de um desenvolvimento pleno da criança”. (J. mãe do B. 1 ano e 4 meses)

Outro ponto de concordância da teoria com os entrevistados diz respeito à importância do estímulo como um todo. Especialmente no que diz respeito à paciência e dedicação que se deve ter. Uma vez que, quando enxergamos, vamos formando nossos próprios conceitos e associando o nome dos objetos àquilo que vemos. Com o deficiente visual, entra aí a importância do estimulador. Este deve estar sempre disposto a mostrar o novo, fazê-lo perceber, cheirar, conhecer da sua forma.

“A criança que não enxerga, tudo tem que ser estimulado. Principalmente o tocar, o sentir, o cheirar... e sempre a importância de se estar sempre falando”. (K. mãe da S. 14 anos).

As questões tanto faladas nesse texto sobre o estímulo e a autonomia, também formam um outro ponto de concordância com o que viemos falando ao longo dessas linhas. Em todas as entrevistas e conversas, podemos perceber que é unânime o pensamento de que ser um adulto autônomo é o que pretendem pais e estimuladores.

“Faço andar sozinho com as mãos nos bolsos, cabeça erguida, rosto correto olhando para frente, ombros erguidos (...) postura é fundamental para ele. Faço subir e descer escadas, sozinho. Não tem medo de nada, anda na rua tranquilo,

brinca como qualquer criança joga bola, anda de bicicleta (...), isso não é da noite para o dia, isso é estimular para torná-los autônomos”. (M. mãe do R, 8 anos).

“Uma criança estimulada tem outra visão de mundo, uma compreensão mais apurada do que a cerca, das pessoas, e dela própria enquanto ser humano, o qual tem necessidades, sentimentos, e até mesmo limitações. A criança que recebe estímulo desde cedo, acaba por perder certos “vícios”, acaba por não esperar as coisas prontas dos adultos e se propõe a investigar, a questionar com maior riqueza, e com isso, desenvolve certa perspicácia que poderá ser de muito valor também na vida adulta”. (V. mãe do F. 8 anos)

Em qualquer pesquisa que venhamos a fazer, dados novos que não foram utilizados durante a exposição da teoria podem vir a surgir. Nesse sentido, cabe destacar a fala de uma mãe que chamou-nos bastante a atenção uma vez que esta fala sobre a importância de se estimular, mas também de se impor limites. Muitas vezes, vemos as pessoas que desconhecem a causa, terem a tendência ao coitadismo, ou seja, a vitimizar o deficiente visual e isso pode ocorrer também no seio familiar. Esta mãe aponta que é preciso impor limites a um deficiente visual da mesma forma que se impõe a um filho que enxerga. Vitimizar, segundo ela, prejudica bastante o desenvolvimento da autonomia da criança e isso, certamente, se reflete na aprendizagem.

“Uso do carinho, da paciência e sempre usando de muita conversa, porém, meu filho tem limites. Quero dizer que não é a todo o momento que estou disponível a ele. Bem que assim gostaria, mas infelizmente precisamos trabalhar e tocar nossas vidas com ou sem a deficiência. Espero que não seja mal interpretada, eu amo o meu filho, mas preciso mostrar a ele que nem sempre o mundo estará disponível aos seus anseios e dúvidas. Estimulo sim, converso sim, mas ele também ouve não. Não é porque ele não enxerga que eu deixo que mexa em tudo, que fale sem parar, também ensino com isso, algumas regras de comportamento social, que são copiadas através do que vemos, ou seja, se ele não pode ver e copiar o comportamento dos outros, cabe a mim ensinar” (D. mãe do J, 10 anos)

Enfim, podemos perceber que ao longo das entrevistas, muitos pontos de concordância da teoria com a prática foram constatados, através destas conversas podemos perceber que os anseios que nos cercam enquanto educadores, também cercam a família o que é um fator excelente para o desenvolvimento da criança, uma vez que, onde estes dois meios estão em concordância, quem tem a ganhar é o educando.

Considerações Finais

Pesquisar algo que está presente em nosso cotidiano é algo muito prazeroso. Especialmente quando a pesquisa nos leva a perceber que tudo aquilo que se faz presente no dia-a-dia na escola pesquisada está apoiado na teoria e na concordância das famílias na prática.

Escrever sobre o estímulo foi um desafio, uma vez que, são poucas as publicações diretamente ligadas ao assunto. Muitas referências são percebidas nas áreas da neurociência, psicologia e psicanálise. Mas, esse texto foi voltado a educadores e familiares que, muitas vezes, ao se depararem com um deficiente visual pouco sabem como agir.

Numa perspectiva de inclusão, as leis apóiam os deficientes para que estes sejam aceitos em classes regulares de ensino. Porém, encontram dificuldades quando se deparam com o despreparo das instituições e profissionais, não os culpando, mas um despreparo para uma situação que é nova. Fala-se em inclusão, mas não se dá reais condições aos professores para que se adaptem e acabamos por ter um processo falho. Este texto tem a finalidade de ser uma ferramenta aos educadores.

Tendo como objetivo principal demonstrar a importância do estímulo como fator contribuinte para o desenvolvimento escolar e social da criança cega, este trabalho pode mostrar um pouco do que pensam teóricos, especialmente psicanalistas, a respeito desse tema e, ainda, o que dizem aqueles que de fato estão envolvidos com a causa: os familiares e cuidadores das crianças.

Em uma sala de aula, muitos são os rostos e diferenças existentes entre os educandos. E esta análise se deu, a partir das indagações da prática. Queríamos entender por que crianças com deficiências múltiplas tinham mais ganhos de aprendizagem do que crianças que tem em seu diagnóstico apenas a cegueira? Acreditamos que nosso objetivo de mostrar que a diferença entre uma e outra criança está no quanto ela é estimulada em casa e na escola foi alcançado.

Ao percebermos, nas falas dos pais e cuidadores, a motivação que tem em estimular um filho e o quanto percebem essa importância. Notamos que nosso diálogo não é composto por uma luta solitária, notamos que temos aliados fortíssimos para o pleno desenvolvimento do educando. E, que estes aliados, não possuem apenas um discurso forte e sim ações que de fato oportunizam possibilidades à criança. Certamente, o reflexo disso, acaba sendo percebido na sala de aula. Uma vez que teremos crianças mais motivadas e que de fato aproveitaram aquele espaço como momento de aprendizagem.

Nossa preocupação está ainda, em fazer-se entender ao educando deficiente visual. Já falamos anteriormente que estes, necessitam de descrições detalhadas a respeito de tudo o que não conhece e, quando possível, da percepção tátil para que possa formar os seus conceitos. Quando o educando tem esses dois estímulos em seu meio familiar, a escola torna-se um complemento e vice-versa. É de fato, desenvolvimento da autonomia que tanto viemos batendo ao longo deste texto.

Estamos convencidos do quanto estimular só vem a contribuir com o desenvolvimento. Oportunizar momentos de troca entre educandos, entre educadores e familiares é uma das filosofias da instituição pesquisada e dos profissionais que lá atuam. Em reuniões freqüentes, são expostos os ganhos obtidos com as crianças e dúvidas e anseios são levados a público como forma de resolver juntos as problemáticas. Essa união da família com a escola, só faz com que a criança ganhe.

Nas entrevistas, fica claro o esclarecimento dos familiares a cerca dessa importância. Durante as conversas, percebemos uma preocupação em querer dizer tudo o que faz diariamente. Como conhecemos os perfis das crianças, podemos ter uma noção se aquilo procedia ou não. Sabemos e compreendemos que estas pessoas não são apenas mães, pais ou avós, são ainda pessoas que trabalham, estudam, que muitas vezes tem outros filhos e alguns que possuem uma condição social desfavorável. Porém, mesmo diante dessas verdades, todos relatam que procuram fazer o melhor que podem e acima de tudo, estão em constante busca para saber se estão no caminho correto. É comum ouvirmos das famílias indagações se estão agindo certo nessa ou naquela questão. Isso já é algo que causa contentamento, pois a partir do momento em que estamos buscando acertar ou errar é porque estamos agindo, e agir é o que é importante.

É bastante complicado julgarmos se este ou aquele entrevistado está falando uma inverdade ou não. Mas também, é preciso salientar as diferenças existentes entre o que diz a

teoria e a prática de alguns. Algumas crianças de fato possuem pouco ou nenhum estímulo por parte de suas famílias, os motivos são inúmeros, conforme já explicitamos no parágrafo acima. E aí, podemos perceber o reflexo disso na sala de aula. Não são poucas as vezes que ao relatarmos uma história infantil, por exemplo, a criança desconhece algo que ali falamos. Como aconteceu com uma turma, em que o aluno não sabia o que era martelo e o pai é marceneiro. Pensamos que, momentos do dia-a-dia familiar, devem ser aproveitados ao máximo para explicar coisas simples à criança... Como por exemplo, o que é e para que sirva um martelo. Sem esse estímulo, pode ser que ela demore muitos anos para saber manusear um e é algo que pode vir a fazer parte do seu cotidiano quando adulto. Mesmo, alguns relatos de desconhecer um grão de feijão, uma determinada fruta... Como podemos esperar que esta criança seja capaz de entender um sistema tão complexo quanto o Braille, se ele não manuseia objetos do seu cotidiano?

O entendimento destas questões por parte dos pais, também foi um dos objetivos desta pesquisa que resultou no presente texto. Fazê-los entender que, mesmo com suas vidas atribuladas, é muito importante que se tenha um espaço para o deficiente visual. Nessa questão do grão de feijão citada acima, em conversa com a mãe, solicitamos que, quando ela estiver fazendo comida, o convide para separar grãos, senti-los quando são inteiros ou partidos, aproveite para mostrar que outros grãos têm formatos diferentes como o arroz, o milho, a ervilha... Aos nossos olhos, estas diferenças não são tão significativas, mas aos cegos são. É o que podem vir a torná-los adultos independentes ou eternos dependentes.

São pequenos momentos que podem acrescentar à criança não apenas no contexto escolar, mas como citado pela mãe V, fazê-los perder o rótulo de coitadinhos e criar adultos atores de suas próprias existências.

Portanto, estimular é algo necessário. É a linha que delimita qual perfil a criança deficiente visual poderá vir a ter. Se de uma pessoa independente e dinâmica, dentro da sua limitação, mas vivendo uma vida plena, ou se uma pessoa eternamente dependente de cuidados, de pessoas... Enfim, estimular é essencial.

Referências Bibliográficas

TELFORD, Charles. Sawrey. James. O indivíduo excepcional. Tradução de Vera Ribeiro. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GIL, Marta. Deficiência Visual. Cadernos TV Escola. MEC – Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2000.

AGUILERA, João Vítor. AMARAL, Sergio. Sociedade, segregação social, deficiente visual. 2008. <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1737>> acessado em <22/10/2010 às 00:40>

LIMA, Eliana. NASSIF, Maria. FELIPPE, Maria Cristina. Convivendo com a baixa visão: da criança a pessoa idosa. Fundação Dorina Nowill. Rio de Janeiro, 2008.

MELO. Helena Flávia R. Deficiência Visual - Lições práticas de orientação e mobilidade. Campinas, Editor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1991.

LIMA, Elvira. Diversidade e aprendizagem. Fundamentos para a educação. Sobradinho. São Paulo, 2006.

_____. Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. Sobradinho. São Paulo, 2001.

_____. A criança pequena e suas linguagens. Sobradinho. São Paulo, 2001.